

**PROCESSO N°: 7326/2025****PROJETO INDICATIVO Nº: 235/2025**

AUTORIA: Leandro Ferraço

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA DE FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS DERIVADOS DAS SUBSTÂNCIAS TIRZEPATIDE E SEMAGLUTIDA PARA PESSOAS COM OBESIDADE GRAU II OU III E PARA PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM DIABETES MELLITUS TIPO II NO MUNICÍPIO DE SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

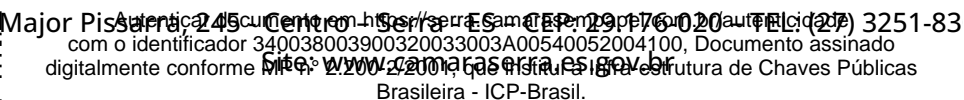
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto Indicativo nº 235/2025, de autoria do Vereador Leandro Ferraço, que objetiva instituir o Programa de Fornecimento Gratuito de Medicamentos derivados das substâncias Tirzepatide e Semaglutida, destinados a pessoas com obesidade grau II ou III e pacientes com Diabetes Mellitus Tipo II no âmbito do município.

A proposição foi protocolada em 27/11/2025 e lida no Expediente do Dia da Sessão Ordinária em 15/12/2025.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Consta nos autos o Parecer Jurídico nº 877/2025, exarado pela Doute Procuradoria, que opinou pelo prosseguimento da matéria. A Procuradoria fundamenta que, tratando-se de matéria de competência do Chefe do Executivo (Art. 143, parágrafo único da Lei Orgânica), o instrumento do Projeto Indicativo é a via adequada, constituindo uma recomendação formal conforme o Art. 136 do Regimento Interno.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas.

II. ANÁLISE

1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 877/2025, exarado pela Doute Procuradoria.

A proposição versa sobre a instituição de programa de fornecimento de medicamentos e criação de obrigações para a Secretaria Municipal de Saúde, incluindo cadastro de pacientes e consultas periódicas com equipe multiprofissional. Matérias que envolvem a organização administrativa, serviços públicos e criação de despesas para órgãos da administração municipal são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o Art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal (aplicável por simetria) e o Art. 143 da Lei Orgânica do Município da Serra.

Nesse contexto, se a proposta tramitasse como Projeto de Lei ordinário, incorreria em vício de iniciativa (inconstitucionalidade formal) e violaria o





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

princípio da Separação dos Poderes. No entanto, o autor utilizou corretamente a figura do **Projeto Indicativo**.

O Regimento Interno desta Casa (Resolução nº 278/2020), em seu Art. 136, define:

"O Projeto Indicativo é a recomendação da Câmara Municipal da Serra ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência."

A utilização deste instrumento alinha-se, inclusive, ao entendimento consolidado no **Parecer Conclusivo nº 186/2025 (Processo Administrativo nº 437/2025)** da Procuradoria Geral desta Casa. O referido parecer alerta sobre a inconstitucionalidade das chamadas "Leis Autorizativas" e recomenda expressamente o uso do Projeto Indicativo como a alternativa legal para que o Legislativo sugira matérias de competência exclusiva do Executivo, sem ferir a ordem constitucional.

Portanto, sob a forma de indicação, a matéria é constitucional e legal.

2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

A Procuradoria opinou pelo respeito às diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

Ao realizar a análise técnica da redação e da forma, verifica-se que o texto cumpre os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, apresentando-se com clareza, precisão e ordem lógica. Não foram identificados vícios de técnica legislativa ou erros de redação que necessitem de Emenda de Redação.

III. VOTO DA COMISSÃO





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

Pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto Indicativo nº 235/2025.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto Indicativo nº 235/2025.

Sala de Reuniões, 16 de dezembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

